

# Exportar futuro, importar dependência — reflexões sobre o caso brasileiro



» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES  
*Pesquisador e ex-presidente da Embrapa*

O Brasil convive com um paradoxo amplamente reconhecido, mas ainda insuficientemente enfrentado. Somos um dos países mais ricos do mundo em recursos naturais estratégicos, como minerais, biomassa, água e energia, mas avançamos de forma limitada na agregação de valor, na industrialização avançada e na busca de autonomia tecnológica. Exportamos matérias-primas em grande escala e importamos tecnologia de alto valor agregado. O aspecto mais preocupante não é a existência desse quadro, mas a tendência de tratá-lo como algo quase inevitável, e não como resultado de escolhas.

Dados recentes deixam esse padrão explícito. Em 2024, o Brasil exportou US\$ 337 bilhões em mercadorias, com um superavit comercial de US\$ 74,6 bilhões. No entanto, a pauta segue marcada por fortes assimetrias tecnológicas: no comércio com a União Europeia, por exemplo, exportamos US\$ 48,3 bilhões e importamos US\$ 47,3 bilhões no mesmo ano. Valores semelhantes, mas com naturezas distintas — do lado brasileiro, predominam petróleo, café, minérios, alimentos e celulose; do lado europeu, máquinas, equipamentos, fármacos, veículos e químicos de alto valor agregado.

O caso do quartzo, do silício e dos semicondutores é emblemático. O Brasil detém algumas das maiores e mais puras reservas de quartzo do mundo, mas permanece marginal nas etapas de maior valor da cadeia. Segundo dados recentes, o país exporta quartzo bruto por valores da ordem de

dezenas de dólares por tonelada e importa silício de grau eletrônico e semicondutores por milhares de dólares por quilo. Exporta matéria-prima estratégica e importa inteligência incorporada em chips, sensores e dispositivos eletrônicos.

Padrões semelhantes podem ser observados em outros setores. O Brasil continua entre os maiores exportadores de minério de ferro do mundo, mas permanece dependente de importações de máquinas industriais e equipamentos de alta precisão fabricados externamente. A indústria de transformação como um todo bateu recorde de US\$ 181,9 bilhões exportados em 2024, mas isso foi impulsionado majoritariamente por produtos de baixa e média intensidade tecnológica.

No agronegócio, o Brasil consolidou-se como uma potência global na produção e exportação de commodities agrícolas, apoiado por ganhos expressivos de produtividade, ciência tropical de excelência e inovação no campo. Trata-se de um setor dinâmico, tecnologicamente sofisticado e fundamental para a economia nacional. Ainda assim, a agregação de valor industrial associada à transformação dessa biomassa — em alimentos processados, bioquímicos, combustíveis avançados, materiais e serviços tecnológicos — permanece aquém do seu potencial.

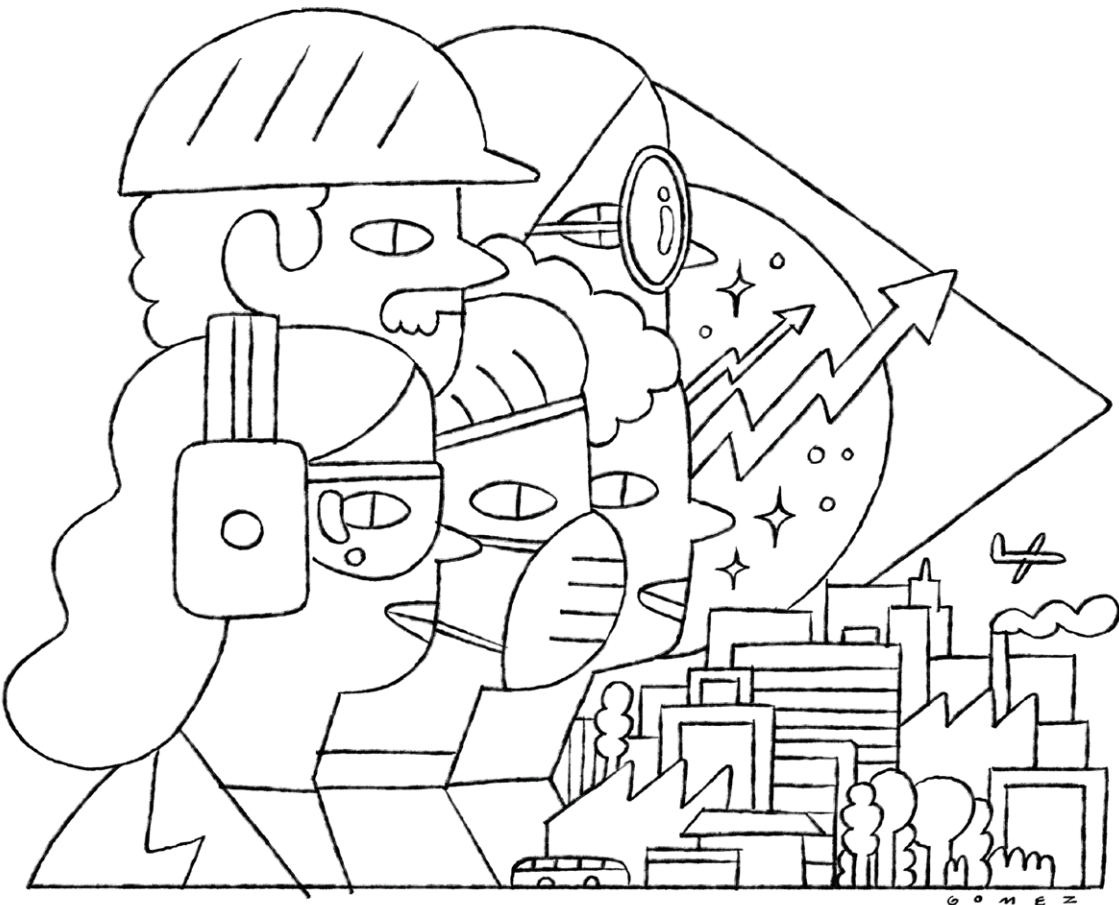
O café expõe de forma inequívoca essa realidade: o Brasil lidera as exportações, com cerca de 40 milhões de sacas em 2025, mas os maiores benefícios econômicos são capturados por países que não produzem café. Nos Estados Unidos, cada dólar importado gera cerca de US\$ 43, sustentando uma indústria que movimentou US\$ 343 bilhões e manteve 2,2 milhões de empregos em 2022. Há muito sabemos que a renda, o emprego qualificado e o poder econômico do café se concentram nos elos de torrefação, marcas, inovação e serviços — fora dos países produtores.

Esses fatos alimentam, com frequência, uma narrativa segundo a qual o foco em commodities, na mineração ou no agronegócio competiria e até inibiria o avanço da indústria e da tecnologia. Essa interpretação tende a simplificar um problema de natureza estrutural. Recursos naturais e setores primários não são, em si, incompatíveis com a sofisticação produtiva. Em diversos países ricos em recursos naturais, esses setores funcionam como plataformas para o desenvolvimento industrial, tecnológico e inovador.

O desafio brasileiro parece residir menos na sua base produtiva e mais na dificuldade histórica de articular, de forma consistente e duradoura, políticas que conectem recursos naturais, ciência, tecnologia, indústria e mercado. Estratégias industriais descontínuas, ambientes institucionais instáveis e horizontes de curto prazo dificultam a consolidação de cadeias de valor mais complexas.

Avançar nesse debate exige cuidado e maturidade. Não se trata de apontar culpados, nem de opor setores que desempenham papéis relevantes na economia nacional. Trata-se de reconhecer que a abundância de recursos naturais oferece uma oportunidade singular — mas não automática — de construir um projeto de desenvolvimento baseado em maior agregação de valor, diversificação produtiva e autonomia tecnológica.

Em vez de contrapor commodities e indústria, o desafio está em pensar como transformar vantagens naturais em vetores de inovação, industrialização e sustentabilidade. O Brasil não precisa escolher entre ser celeiro, minerador ou potência industrial. Precisa decidir se continuará aceitando escolhas fáceis de curto prazo ou se assumirá o risco — e a responsabilidade — de pensar grande.



## 6 x 1: o que as pesquisas não informam



» JOSÉ PASTORE  
*Professor aposentado da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo*

» ANDRÉ PORTELA  
*Professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo*

» EDUARDO PASTORE  
*Advogado trabalhista e mestre em direito das relações sociais pela PUC/SP*

Quando indagados de forma anônima, 70% dos deputados federais revelam uma justa preocupação com a redução de jornada de trabalho com o mesmo salário, por PEC ou lei ordinária, conforme Pesquisa Quaest. De fato, impor uma jornada de apenas 36 horas e quatro dias de trabalho na semana para todas as atividades tem impactos adversos para a economia e para os próprios trabalhadores. A farmácia, o supermercado, o shopping center e outros estabelecimentos precisarão de turmas extras para atender os consumidores, o que aumentará as suas despesas com pessoal em, no mínimo, 22%. O mesmo ocorrerá com os órgãos públicos que operam com servidores celetistas.

Por mais meritórios que sejam os motivos dessa redução, o aumento de despesas levará muitas empresas a buscar ajustes que incluem (1) repasses para os preços dos bens e serviços (inflação);

(2) troca de empregados que ganham mais por outros que aceitam ganhar menos (rotatividade); (3) substituição de pessoas por tecnologias (automação); e (4) até mesmo encolhimento dos seus negócios (recessão). Nada disso é bom para a economia e para os trabalhadores.

Essas consequências não são teóricas. Elas baseiam-se em dados da realidade. Uma redução de jornada impositiva de 36 horas semanais, faria o PIB encolher 6,2%, que é uma cifra astronômica. Em certos setores, a perda seria ainda maior, como nos transportes, em atividades extrativas e comércio, com 14,2%, 12,6% e 12,2%, respectivamente, conforme Fernando Holanda Barbosa Filho e Paulo Perruchetti.

Ao mesmo tempo em que muitos parlamentares reconhecem essas consequências, eles observam que, nas pesquisas de opinião pública, 64% dos brasileiros revelam o desejo de trabalhar menos tempo, ganhando o mesmo salário, segundo o Datafolha, e entram num dilema: como se reeleger contrariando a vontade dos eleitores?

Por isso, é bem provável que, sendo pautado, o assunto seja aprovado e sem volta, restando as consequências para os próprios trabalhadores nos anos seguintes. Bem diferente é o resultado quando isso é ajustado por negociações coletivas entre empregados e empregadores, como, aliás, tem sido feito no Brasil. A jornada semanal média negociada é de apenas 38,4 horas semanais. As empresas, ramos e setores que podem fazer isso, o fazem. As que não podem, não fazem.

Será que as pesquisas de opinião pública estão captando um sentimento bem-informado dos eleitores? Elas advertem os entrevistados sobre as possíveis consequências dessa mudança? Para captar a opinião bem-informada dos eleitores, é necessário fazer perguntas — não no

vácuo, mas dentro de um contexto que inclui os referidos ajustes e consequências. Apresentamos abaixo alguns exemplos de situações reais:

Como muitas empresas acentuarão a rotatividade, trocando empregados que ganham mais por empregados que ganham menos, será que, ainda assim, 64% dos eleitores seriam favoráveis à referida redução?

O forte aumento do custo do trabalho por hora trabalhada pode levar algumas empresas a inflacionar os preços dos bens e serviços que produzem. Será que 64% dos brasileiros continuariam favoráveis sabendo que pagariam mais caro por alimentação, transporte, combustível e necessidades pessoais?

Sabendo que muitos comerciários perderão comissões por trabalharem menos dias, ainda assim 64% seriam favoráveis a uma redução de jornada de forma impositiva para todas as atividades?

Desconfiando que muitos empregados serão trocados por máquinas, equipamentos e inteligência artificial, será que 64% continuariam optando por esse tipo de redução de jornada?

Fazer perguntas condicionadas com dados da realidade traz a necessária objetividade. Bem diferente é o resultado quando se pergunta se o entrevistado é favorável ou contrário a receber o benefício de trabalhar menos, ganhando a mesma coisa.

Ou seja, quando adequadamente pesquisados, os eleitores forneceriam aos parlamentares um desejo mais realista, admitindo até mesmo o sistema de negociação coletiva como o mais indicado para se reduzir jornadas de acordo com as peculiaridades dos trabalhadores, das empresas, dos ramos e setores de atividade, como, aliás, já vem sendo feito e com base na Constituição de 1988, que permite ajustar as jornadas de trabalho abaixo de 44 horas semanais (art. 7º, Inciso XIII).

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (itinerária) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## Nossas crianças

Há tragédias que não se anunciam com explosões, sirenes ou nuvens de fumaça. Elas acontecem em silêncio, à margem das manchetes, enquanto a rotina segue como se nada estivesse errado. O desaparecimento de crianças e adolescentes é uma dessas tragédias. Um flagelo contínuo, persistente e cruel que o mundo e o Brasil, em particular, insistem em assistir com inquietante passividade. Não se trata de casos isolados, de episódios fortuitos ou de estatísticas frias. Trata-se de um fenômeno estrutural, crescente e devastador.

No Brasil, segundo dados oficiais, cerca de 66 crianças e adolescentes desaparecem todos os dias. Em 2025, aproximadamente 24 mil menores simplesmente sumiram. Evaporaram da convivência familiar, da escola, da vizinhança. No mundo, as estimativas são ainda mais alarmantes: entre 1,5 milhão e 8 milhões de crianças desaparecem anualmente, vítimas de redes criminosas que operam sem fronteiras, sem escrúpulos e, muitas vezes, sem resistência efetiva do Estado. O mais perturbador é que esses números não diminuem, pelo contrário, crescem ano após ano, revelando a incapacidade ou a falta de prioridade das autoridades em enfrentar o problema com a seriedade que ele exige.

No território nacional, estados como Rio Grande do Sul, Roraima e Amapá figuram entre os líderes em registros de desaparecimentos. Regiões com características distintas, mas unidas por um mesmo denominador: vulnerabilidades institucionais, falhas de fiscalização e fronteiras porosas, físicas ou sociais. Para os órgãos oficiais, a principal motivação desses desaparecimentos está ligada à exploração sexual e ao tráfico humano, crimes que figuram entre os mais lucrativos do planeta, atrás apenas do tráfico de drogas e de armas. Ainda assim, a resposta estatal permanece tímida, fragmentada e, muitas vezes, tardia.

No Brasil, as investigações policiais relacionadas a desaparecimentos de menores são, em regra, insuficientes e precárias. Falta integração entre as forças de segurança, bancos de dados unificados e atualizados e recursos humanos e tecnológicos, mas sobra burocracia. Em muitos casos, as primeiras horas que são cruciais para a localização de uma criança acabam sendo desperdiçadas em protocolos ultrapassados, exigências formais e uma lógica perversa que trata o desaparecimento como “fuga” ou “conflito familiar”, minimizando o risco real. Essa postura não é apenas equivocada. É perigosa.

Em qualquer país que se pretenda, minimamente, comprometido com seu futuro, o desaparecimento de uma única criança deveria ser tratado como emergência nacional. Não é aceitável que o sumiço de um menor seja relativizado, diluído em estatísticas ou tratado como mais um número em relatórios anuais. Cada criança desaparecida representa uma vida interrompida, uma família destruída e uma ferida aberta na sociedade. É preciso dizer com todas as letras: o desaparecimento sistemático de crianças e adolescentes é uma ameaça à segurança nacional. Segurança nacional não se limita à defesa de fronteiras, à proteção de infraestruturas críticas ou ao enfrentamento de ameaças externas. Ela inclui, de forma inequívoca, a proteção da população mais vulnerável e a preservação do capital humano do país.

Um Estado que não consegue proteger suas crianças falha em sua missão mais básica. Em condições normais, fatos dessa magnitude deveriam provocar reações imediatas e coordenadas. O desaparecimento de uma criança deveria ser suficiente para mobilizar forças federais, estaduais e municipais, acionar alertas nacionais, interromper fluxos suspeitos, reforçar fronteiras e desencadear buscas incessantes, de norte a sul. Deveria haver protocolos automáticos, respostas padronizadas e uma cultura institucional que partisse do princípio de que cada minuto conta. Mas o que se vê é o oposto: famílias peregrinando por delegacias, dados desencontrados, investigações que esfriam com o tempo e um silêncio que se instala à medida que a comoção inicial desaparece. O país segue funcionando, o noticiário muda de assunto e a criança continua desaparecida. Essa normalização da barbárie é inaceitável. A exploração sexual infantil e o tráfico humano não prosperam no vazio. Eles se alimentam da pobreza, da desigualdade, da omissão do poder público e da indiferença coletiva. São crimes que exigem logística, rotas, compradores e proteção. Nada disso acontece sem falhas graves de fiscalização e sem a complacência ativa ou passiva de estruturas institucionais.

Tratar esse problema apenas como uma questão policial é reduzir sua complexidade e, ao mesmo tempo, aliviar a responsabilidade do Estado como um todo. Estamos diante de um desafio que exige políticas públicas integradas, investimento contínuo, cooperação internacional e, sobretudo, vontade política. É preciso ir além de campanhas pontuais e discursos protocolares. O desaparecimento de crianças e adolescentes não pode continuar sendo uma estatística tolerável. Ele precisa ser reconhecido, enfrentado e combatido como aquilo que de fato é: uma emergência nacional, um atentado contra o futuro e uma prova decisiva do compromisso do Estado com sua própria sobrevivência moral. Silenciar diante disso é, em última instância, tornar-se cúmplice.

### »» A frase que foi pronunciada

“Cada número representa uma família destruída e uma criança em risco. O Estado precisa agir com rapidez e responsabilidade”.

Senadora Damares

### »» História de Brasília

*Mas há uma coisa que intriga na carta. Por que o dr. Amador procurou o dr. Paulo Nogueira para não aceitar a direção do Hospital, se não diz, também, se foi convidado? (Publicada em 15/5/1962)*